

REVISTA MARACANAN

Dossiê

Jacobinos da Amazônia: nacionalismo, trabalho e violência no Pará (1890-1920)

Jacobins of the Amazon: nationalism, work and violence in Pará (1890-1920)

Marcelo Ferreira Lobo*

Pesquisador Independente
Belém, Pará, Brasil

Aline de Kassia Malcher Lima**

Universidade Federal do Pará
Belém, Pará, Brasil

Recebido em: 3 ago. 2020.

Aprovado em: 10 out. 2020.



* Pesquisador Independente. Doutor e Mestre em História Social da Amazônia e graduado em História pela Universidade Federal do Pará. E-mail: m.lobo2013@outlook.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6827-3182>

 <http://lattes.cnpq.br/5754144124092004>

** Mestranda em História Social da Amazônia na Universidade Federal do Pará. Especialista em Relações Étnico-Raciais para o Ensino Fundamental e graduada em História pela Universidade Federal do Pará. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: alinomalcherlima@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4795-5026>

 <http://lattes.cnpq.br/4164943041073266>

Resumo

Este artigo trata das tensões entre nacionais e estrangeiros em Belém do Pará nas primeiras décadas da República. A presença significativa de imigrantes, em grande parte portugueses na cidade de Belém, proporcionou o acirramento de tensões étnicas, onde nacionalismo transfigurou-se em antilusitanismo. O projeto republicado de modernização e consolidação de uma identidade nacional, por meio da missão do *cruzador José Bonifácio* de nacionalização da pesca no litoral brasileiro adensou as tensões entre trabalhadores, levando em 1920 a um ataque a várias casas comerciais de estrangeiros em Belém, incluído o apedrejamento do consulado português. Os periódicos paraenses designaram os envolvidos como "jacobinos" pelo seu caráter violento. Neste sentido analisamos a difusão dessas ideias nacionalistas entre os anos de 1890 a 1920 no Pará e as implicações no mundo do trabalho amazônico.

Palavras-chave: Nacionalismo. Antilusitanismo. Revoltas.

Abstract

This article deals with tensions brazilians and foreigners in Belém do Pará in the first decades of the Republic. A significant presence of immigrants, mostly Portuguese in the city of Belém, provides or accuses of ethnic tensions, where nationalism is transfigured into antilusitanism. The republished project of modernization and consolidation of a national identity, through the mission of the cruiser José Bonifácio to nationalize fishing in the Brazilian coast, became denser as ensions among workers, leading in 1920 to an attack on several commercial houses in Belém, including or stoning of the Portuguese Consulate. Pará newspapers designate those involved as "Jacobins" because of their violent nature. In this sense, we analyzed the diffusion of these national ideas between the years 1890 and 1920 in Pará and as implications for the world of Amazonian work.

Keywords: Nationalism. Anti-portuguese. Revolts.

Introdução

No Pará, na madrugada do dia de 20 de fevereiro de 1920, trabalhadores nacionais promoveram uma série de ataques aos estrangeiros residentes em Belém. Atacaram lojas, casas comerciais, quiosques, incluindo agressões físicas. O principal grupo atingido pela desordem foram os portugueses, contudo outros imigrantes foram vítimas das ações transcorridas em fevereiro daquele ano.

Ao tomar-se o grande fluxo de imigrantes no Pará a partir de 1890, movidos por projetos em busca de mão de obra, entre o fim da escravidão e a formulação de formas híbridas de trabalho, que constituíram o que se denomina mundos do trabalho livre, se faz necessário compreendermos os intercruzamentos entre as experiências de trabalhadores nacionais e estrangeiros. Silvia Lara apontou à necessidade de entender que o mundo do trabalho livre se constitui ainda no XIX, e que não podemos nos limitar a análise ao contexto pós-abolição somente a entrada de imigrantes como fundadores de ideias e movimentos do mundo operário Brasileiro.¹

A entrada de imigrantes europeus suscitou embates entre estrangeiros e nacionais. Conflitos eram constantes tanto no interior do país, quanto nos centros urbanos, as tensões foram alimentadas por políticas públicas como as de eugenia e colonização subsidiada. Karl Monsma, ao analisar as tensões entre nacionais e estrangeiros no interior paulista, nos anos finais do século XIX e início do XX, destacou as brigas por terras e tensões raciais.² Já Edilza Fontes, ao estudar o serviço doméstico na cidade de Belém, identificou uma "racialização do mercado" do serviço doméstico na capital paraense, no qual a busca por uma empregada europeia vigorou nos anúncios dos periódicos paraenses.³

Segundo dados apontados por Edilza Fontes, os três principais grupos de imigrantes que adentraram no Brasil entre 1890 e 1900 foram constituídos por espanhóis (710.040), portugueses (227.605) e italianos (168.627).⁴ Segundo o inspetor de imigração da Espanha Leopoldo D'Ozouville, que esteve em Belém em 1912, no Pará haviam adentrado, entre 1890 e 1912, cerca de 15.000 espanhóis.⁵ Novamente recorreremos aos dados apresentados por Fontes, que indicam, no período de 1908 a 1911, a entrada de 19.467 imigrantes no Pará, sendo 9.008 portugueses (46%), 2.809 espanhóis (14,4%), 1.294 ingleses (6,6%) e 830

¹ LARA, Silvia H. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho No Brasil. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, p. 25-38, jan.-jun. 1998, p. 26.

² MONSMA, Karl. Identidades, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914. Notas de pesquisa. *História Unisinos*, São Leopoldo (RS), v. 11, n. 1, p. 111-116, 2007, p. 115.

³ FONTES, Edilza. J. O. *Preferem-se português(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Belém: EditAedi, 2016, p. 70.

⁴ *Ibidem*, p. 34.

⁵ CRUZ ALVAREZ, D. Leopoldo D'Ozouville de Bardou y. *Un Viaje al Brasil: Información acerca de lasituación de los emigrados españoles em los Estados de Pará y Amazonas y zona de trabajos de ferrocarril de Madeira-Mamoré*. Madri: Publicaciones del Consejo Superior de Emigración, 1916, p. 86.

italianos (4,3%). Leopoldo D'Ozouville indicou que em 1912 havia ao menos 200 sapateiros espanhóis na cidade de Belém, além de vários outros ocupando serviços de criados em hotéis e cafés.

Em 1896 uma breve nota publicada no periódico paraense *Folha do Norte* falava-se das brigas entre nacionais e espanhóis nas obras da penitenciária.⁶ Já em 1912, o inspetor de imigração da Espanha Leopoldo D'Ozouville em sua missão de fiscalizar e remeter informações acerca da situação dos imigrantes no Brasil, enfatiza em seu relatório as hostilidades existentes de portugueses contra espanhóis, destacando as disputas não apenas com nacionais, como com outros imigrantes.⁷

Em 1894, o *Diário de Notícias* em seu editorial destacou as manifestações antilusitanas ocorridas durante uma conferência realizada no Lyceu Paraense. O articulista comparava as palavras proferidas no liceu diante da presença do governador do Estado, com os sentimentos antissemitas na Europa, assim como atrelava estas ideias a um atraso na civilização dos povos, ainda mais oriundo em um grupo de estudantes de ensino superior.⁸

Ainda no Império, durante a década de 1870, ocorreu um movimento incitado pelos redatores do jornal *A Tribuna* contra os portugueses no Pará. Irene Vaquinhas analisou o caso do movimento antilusitano.⁹ Segundo ela, o referido periódico de cunho radical possuía caráter popular e propalava um ideal republicano. O sentimento antilusitano no Pará foi contínuo desde o período da independência, segundo Vaquinhas; "Esta relação conflituosa nunca desapareceu, permanecendo em estado latente e pronta a ser reativada sempre que as circunstâncias o exigissem".¹⁰

As requisições dos antilusitanos de 1873 centravam-se na nacionalização do comércio a retalho, de domínio dos portugueses em Belém, adentrado no interior da Província. Mália Sales demonstrou a contínua inserção de comerciantes lusitanos na economia paraense, não somente em atividades ligadas ao mercado da borracha, como aos demais produtos extrativistas e agrícolas da província.¹¹

Na década de 1890 encontramos debates acerca da nacionalização do comércio. Em 1893 o jornal *O Democrata* publicou as ideias de um correspondente em Portugal, entre as muitas questões apresentadas, estava a insatisfação com as tentativas de implementar sanções a presença de estrangeiros, como a tentativa na Câmara de deputados do Pará em estabelecer "pesados impostos aos caixeiros estrangeiros", e a tentativa do deputado Sampaio Ferraz na Câmara Federal de aprovar um projeto pela nacionalização do comércio.¹²

⁶ FORTUNATO JUNIOR, A. As obras da penitenciária. *Folha do Norte*, Belém, 22 jan. 1897, p. 2.

⁷ CRUZ ALVAREZ, D. Leopoldo D'Ozouville de Bardou y. *Un Viaje al Brasil... Op. cit.*, p. 95.

⁸ Manifestação anti-luzitana. *Diário de Notícias*, Belém, 24 maio 1894, p. 1.

⁹ VAQUINHAS, Irene. "Fora galego!" Um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX. *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. X, n. 2, p. 216-235, 2013, p. 218.

¹⁰ *Idem.*

¹¹ SALES, Mália Aline. F. *Negócios e negociantes lusitanos: o comércio dos portugueses em Belém nos meados do Oitocentos*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, p. 148.

¹² Europa: carta do correspondente. *O Democrata*, Belém, 1º dez. 1893, p. 1-2.

A questão da naturalização dos estrangeiros, a nacionalização do comércio, da navegação de cabotagem e da indústria da pesca marcaram o processo de consolidação da República. Em 1890 Ruy Barbosa fez algumas declarações ao jornal *New York Tribune* que foram transcritas no *Diário de Notícias* de Belém, afirmando que “nenhum dos decretos do governo provisório inquieta os interesses estrangeiros” salvo o que trata da naturalização.¹³

O decreto provisório n.º 58/A, de 14 de dezembro de 1889, tecido durante o governo provisório republicano, estabelecia que os estrangeiros residentes no Brasil por ao menos dois anos seriam naturalizados automaticamente, desde que não manifestassem vontade contrária no prazo de seis meses,¹⁴ em 1895 a legislação nacional permitiu aos governos de Estados legislar sobre a questão. Ruy Barbosa declarou que o objetivo do decreto de 1889 era “dar a nacionalização a maior facilidade possível”. Em agosto de 1893, o redator do periódico *Correio Paraense* tratou da questão em dois artigos intitulados “A grande naturalização”.¹⁵

O articulista reclamava contra a intendência, alegando a necessidade de um livro de registros no qual constassem os nomes dos estrangeiros que desejavam manter suas nacionalidades. Segundo o articulista, no Pará existiriam mais de 30.000 estrangeiros, e destes apenas 4.000 haviam declarado o desejo de não serem “nacionalizados” segundo a lei de 1889, contudo seus nomes não constavam em parte alguma, o que impediria o governo de atuar em questões fiscais. O articulista destacou o caso do falecimento de um comerciante lusitano, dono do comércio Uirapuru localizado no Pau d’água em Belém, seu espólio foi entregue ao consulado português. O articulista queixava-se da competência do consulado, visto que não se sabia se o comerciante havia optado pela nacionalização.

O alvorecer da república implicou em discussões sobre a necessidade de mão de obra, na mesma medida que debateu a nacionalização do comércio. Como destaca Ricardo Souza, o antilusitanismo ao longo do XIX representou uma forma de nacionalização.

Para ele, “O antilusitanismo representou, na virada para o século XX, um projeto de modernização voltado para a adoção de modelos culturais e comportamentais franceses, ingleses e alemães em substituição ao que se considerava a obsoleta influência portuguesa”.¹⁶

A presença destes imigrantes diante de um projeto de consolidação da nacionalidade certamente implicou em tensões calcadas na etnicidade. Edilza Fontes destaca a existência em Belém do Club dos Brasileiros Natos, que na verdade se pautava no antilusitanismo:

O “nativismo” era a fase culturalmente radical do republicanism no Brasil, misturado com o ressentimento popular contra os lojistas portugueses. A imprensa ocupava-se com os gritos de “abaixo aos galegos”, com que os “nativistas” brasileiros recusavam as suas raízes europeias. Antes mesmo da República, podemos observar que os conflitos entre portugueses e trabalhadores nacionais, expressavam noções de identidades a partir das experiências

¹³ BARBOSA, Ruy. *Diário de Notícias*, Belém, 5 jul. 1890, p. 2.

¹⁴ BONASSI, M. *Canta América sem fronteiras: imigrantes latino-americanos no Brasil*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 52-55.

¹⁵ A grande naturalização. *Correio Paraense*, Belém, 26 ago. 1893, p. 1.

¹⁶ SOUZA, Ricardo L. O antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade. *Revista Politéia*, Vitória da Conquista (BA), v. 5, n. 1, p. 133-151, 2005, p. 143.

históricas que as duas nações tinham construído no período da colonização e do Império no Brasil.¹⁷

Belém das primeiras décadas da República tornou-se palco de lutas políticas, e sociais, no qual o nacionalismo e o antilusitanismo intensificaram as dificuldades dos imigrantes, sejam portugueses, espanhóis ou italianos.

Greves, bombas e exílio

Os conflitos entre nacionais e portugueses foram frequentes ao longo das décadas de 1890 e 1920. Na década de 1910 diversas greves eclodiram em Belém, muitas delas envolveram imigrantes, como patrões ou empregados. Em março de 1914, o espanhol Cesar Rodrigues Lemos dono de uma oficina de sapatos em Belém, queixou-se a polícia contra o atentado que sofreu, visto ter explodido uma bomba em frente a sua casa. Entre as testemunhas arrolados no inquérito, constavam três portugueses, vizinhos de Cesar, e um espanhol, empregado na sapataria da vítima. Embora as testemunhas não tenham identificado o autor do atentado, uma indicou como prováveis responsáveis os sapateiros grevistas.

Em 1914, durante uma sucessão de greves em Belém, encabeçada por sapateiros, carroceiros e estivadores, ocorreu a detenção de líderes grevistas como o português Antônio Costa de Carvalho, dono de uma quitanda em Belém onde foram apreendidos vários panfletos de cunho anarquista. Juntamente com Antônio Costa Carvalho foram presos 3 espanhóis. Segundo relatos do cônsul português no Pará, Carlos Cotello, ele e Frederico Pastor (cônsul espanhol) intercederam junto ao chefe de polícia de Belém (Enéas Martins) para que libertassem os mesmos, acordando com os grevistas presos que encerrassem a greve dos carroceiros.¹⁸

¹⁷ FONTES, Edilza. J. O. *Preferem-se português(as)...* Op. cit., p. 75.

¹⁸ A Greve: uma entrevista com o sr. Consul de Portugal. *Estado do Pará*, Belém, 14 abr. 1914, p. 2.

Figura 1 - Antônio da Costa Carvalho.



Fonte: *O Malho*, Rio de Janeiro, 2 meio 1914, p. 45.

Legenda: Ecos do Pará // Terminou a parede dos carroceiros e outras classes / motivada pela prisão do Sr. Antonio da Costa Carvalho, / orador da União Geral dos Trabalhadores da Costa Carvalho, / do Pará // Vozes grevistas: - Solte, o Antonio, seu doutor I / Solte-o, que nós soltamos uma parede sem forma, / que mais nos deforma as finanças... / Enéas Martins: - Isto não é Antonio! Isto é um / melro de bico amarelo! Mas como as cousas estão / pretas e é perigoso escurece-las mais, escureço tudo, / e solto o vosso cantor!... / (E foi assim a greve mão piou mais...)

Como destacou Maria Luiza Ugarte, a relação do imigrante com o trabalho é íntima. O lugar do imigrante esteve demarcado pela demanda do mercado que o atrai, o fixa ou repulsa para nova migração. Ainda segundo Ugarte, deste fluxo de imigrantes que adentraram na Amazônia brasileira entre meados do século XIX e início do século XX "saiu gama expressiva de militantes anarquistas e socialistas que exerceram forte influência entre o operariado local".¹⁹

¹⁹ PINHEIRO, Maria Luiza U. *Imprensa de Imigrantes: Vozes da Colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1922. Navegar - Revista de Estudos de E/Imigração*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 172, 2017, p. 172.

A presença de estrangeiros dedicados ao ofício de sapateiro poderia indicar a circulação de ideias centradas no sindicalismo, ou mesmo pautadas em concepções de classe entre os imigrantes. Demétrio Junior, ao analisar 28 prontuários de militantes produzidos pelo Departamento Estadual de Ordem Pública e Social de São Paulo na década de 1920, 10 indivíduos que eram profissionais sapateiros. Também se deparou com informações sobre o militante espanhol, Antônio Domingues membro ativo da União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas (UACCA). Antônio Domingues teria sido expulso de Portugal ainda na adolescência e imigrado com sua família para a cidade de Belém do Pará, onde aprendeu o ofício de sapateiro e teria desenvolvido seus interesses por questões sociais. Seu nome aparece novamente na década de 1940 vinculado ao Partido Comunista Brasileiro.²⁰

Quando da criação da Federação Operária em Belém do Pará no ano de 1913, várias associações de ofícios elegeram seus delegados para lhes representaram na reunião dia 14 de agosto de 1913 a fim de fundar a federação. Entre os delegados da União dos Operários Sapateiros estiveram os nomes do espanhol Manoel Salgado Soares, e de mais dois indivíduos, Antônio Domingues e Antônio Mandelstão.²¹ Embora não se possa afirmar tratar-se do mesmo espanhol que atuou na década de 1920 pela classe dos sapateiros em São Paulo, posso ao menos apontar como um indício da presença de espanhóis em Belém dentro das atividades sindicais dos trabalhadores sapateiros.

Já o primeiro Delegado da União dos Operários Sapateiros (Manoel Salgado Soares) casou-se em Belém no ano de 1917, contava então com trinta anos de idade, morador da Travessa Aristides Lobo. Contraiu matrimônio com a espanhola Luzia Rodrigues Alvarez, de 26 anos de idade.²² Destaca-se que entre as inúmeras associações de ofícios a estarem presentes no 2º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em setembro de 1913, apenas uma entidade estava representando o Pará, a União dos Operários Sapateiros.²³

Em 1914 na cidade de Belém iniciou-se uma greve dos Sapateiros. Em 18 de fevereiro de 1914 o *Estado do Pará* publicou em sua seção "Vida Operária" um comunicado enviado pela secretaria da União dos Operários Sapateiros de Belém.

Tendo, como as demais classes, direito a obter um pouco de melhora da árdua tarefa do trabalho diário, pois que do excesso do mesmo parte grande contingente para a tuberculose e outros muitos males, segundo afirmam sumidades medicas, pois que o homem não pode, por mais solido que tenha os músculos, sustentar um trabalho de 13 e 14 horas por dia, ganhando um salário quando muito de 6\$000, isto é, somente de terça a sábado, pois que o trabalho de segunda feira não se mete em conta, visto ser todo em preparar os aviamentos com que são forma alguma tantas horas de trabalho; pois bem,

²⁰ BELLO JUNIOR, D. Q. Um mesmo ofício, diferentes caminhos na militância: as trajetórias dos sapateiros Antônio Domingues e Augusto Pizzutti no movimento operário em São Paulo no início do século XX. *Anais do [...] XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP - História e Democracia: precisamos falar sobre isso*. Guarulhos, 2018, p. 1-14.

²¹ Vida Operária. *Estado do Pará*, Belém, 22 ago. 1913, p. 2.

²² CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA). Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Cartório Privativo de Casamento, cx. junho/1910, doc. s./n.

²³ PAULA, Amir. E. H. *A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015, p. 120.

compreendendo estas causas, exmos. Srs., é que a classe de sapateiros desta capital, unidos estes na sede da União dos Sapateiros do Pará, deliberou levantar em greve pacífica, apresentando aos proprietários de oficinas a tabela que acompanha este ofício.

Se as obras se acham desvalorizadas, os culpados são os próprios donos de oficinas que, para venderem muito, baixam os preços aos consumidores e tiram no salário do operário, e é o que temos aguentado até o presente, o que não pode mais ser tolerado e esperamos que esta nossa causa será esposada por todos que tem sentimento de humanidade. – Aos dignos colegas de classe em favor desta causa, um pouco de sacrifício; não trabalharemos até vencermos.²⁴

Com este comunicado à União dos Operários *Sapateiros* iniciaram uma greve que duraria mais de um mês. Como pauta estavam os baixos salários e as jornadas exaustivas de trabalho, no comunicado evidencia-se a compreensão por parte dos sapateiros dos mecanismos de exploração da mão de obra, a caracterização da exploração dos salários dos sapateiros acaba por configurar as leituras socialistas sobre o trabalho, de tal modo que estes operários estiveram em consonância com as leituras teóricas sobre a vida operária.

Analisando a greve dos sapateiros na cidade do Rio de Janeiro em 1906, Marília Neves considerou uma das primeiras greves gerais e duradouras de uma classe de ofícios no Brasil. Também destacou que no início do século XX a mecanização na indústria de sapatos ainda estava em fase inicial, dependendo largamente de profissionais qualificados e por vezes dependentes das ferramentas próprias destes operários. Segundo ela, uma das formas dos patrões aumentarem o lucro foi a compressão dos salários e o aumento da jornada de trabalho.²⁵

No caso de Belém, quando a classe dos sapateiros deflagrou a greve em fevereiro de 1914 estipulou uma tabela de valores pelos seus serviços, esta estratégia foi a mesma utilizada na greve dos sapateiros conflagrada no Rio de Janeiro em 1906. É possível que os debates promovidos no 2º Congresso Operário Brasileiro em 1913 preparassem os trabalhadores de Belém para os movimentos grevistas de 1914.

Em 3 de março de 1914, sob a assinatura de “M. V. Grevista”, foi feita a defesa da continuação da greve dos sapateiros, o autor justificou as agressões promovidas por José Quintanas ao sapateiro Joaquim Ferreira Braga.²⁶ A justificativa estava assentada na afirmativa de que ambos haviam prometido aderir à greve, este último deixou de participar, o que levou José Quintanas a tirar satisfações.²⁷ A ação de pressionar aos “furadores de greve” a aderirem a mesma demonstra que o discurso de “greve pacífica” foi utilizado como meio de manter a opinião dos leitores dos jornais da capital paraense a seu favor neste embate contra os patrões.

Ao longo da greve, a ação dos sapateiros radicalizou, em 6 de março de 1914 durante uma assembleia realizada na União dos Sapateiros parte de seus integrantes passaram a reivindicar ações contra aqueles que não aderiram à greve, chegando ao ponto de 150

²⁴ Vida Operária. *Estado do Pará*, Belém, 18 fev. 1914, p. 2.

²⁵ NEVES, Marília C. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. *Revista Adm. Emp*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 49-66. 1973, p. 50.

²⁶ A vida Operária: a greve dos sapateiros. *Estado do Pará*, Belém, 3 mar. 1914, p. 2.

²⁷ A greve dos sapateiros. *Estado do Pará*, Belém, 4 mar. 1914, p. 2.

sapateiros saírem da assembleia em direção a sapataria de Antônio Lopes na rua Santarém, esquina com a Demétrio Bezerra. Os operários buscaram convencer Manoel Lopes da Silva a abandonar o serviço; logo o patrão dele chamou a polícia, o que resultou na prisão de vários dos paredistas.²⁸ Ao todo, 45 grevistas foram detidos, alguns interrogados pela polícia, e por fim soltos durante à tarde do mesmo dia.

Os grevistas voltam a estampar as páginas do *Estado do Pará*. Segundo a nota publicada, Manuel Ignacio Araujo espancou Honorato dos Santos Delgado por ser contrário a greve dos sapateiros.²⁹ No dia 23 de março foi a vez de José do Souto, José Gabilani e Jose Rodrigues Dias atacarem ao sapateiro Miguel Apollo na Rua 28 de Setembro.³⁰ Os sapateiros agressores foram detidos e dias depois vários outros grevistas foram em direção a Estação Central de Polícia a fim de reivindicar a soltura dos mesmos.³¹ O chefe de polícia reforçou a segurança da Estação com mais seis guardas, contudo os grevistas permanecerem com os ânimos exaltados, levando a prisão dos sapateiros Deodato Silva, Fellipe Raymundo de Oliveira, Mario Vouge, Henrique Villar, Moyses Moreira, Manoel Soares e Antônio Henriques.

Em uma breve nota publicada no mês de junho de 1914 a União dos Operários Sapateiros informava que seus sócios fundaram uma cooperativa a fim de "angariar o indispensável para seu sustento", visto que a Associação do Patronato dos Sapateiros havia declarado greve com o intuito de reduzir o valor da mão de obra.³² No caso da greve dos sapateiros do Rio de Janeiro em 1906, o patronato buscou se organizar em associações a fim de pressionar os operários a finalizar a greve e conter as reivindicações dos mesmos, contudo o fato da atividade de produção estar dispersa em várias oficinas dificultou tal articulação do patronato, enquanto uns aceitavam prontamente as reivindicações dos grevistas, outros buscavam impor sanções aos sapateiros, incluído a ameaça de demissão.

Não encontrei mais menções a greve dos sapateiros no jornal *Estado do Pará* no ano de 1914. Ainda assim, é possível entrever o caráter radical do movimento dos sapateiros na cidade de Belém para o ano de 1914, sendo a única associação de ofício do Pará a participar do 2º Congresso Operário Brasileiro (CPB) em 1913. Secundino Sperduto, delegado da União Operaria dos Sapateiros que foi enviado para participar do CPB, era um dos distribuidores em Belém do jornal *A Lanterna* (São Paulo) de cunho anarquista.³³ O uso de bombas em ações executada por movimentos grevistas demonstra o caráter radical e a difusão dos ideais anarquistas entre as classes operárias em Belém.

²⁸ A greve dos sapateiros. *Estado do Pará*, Belém, 7 mar. 1914, p. 2.

²⁹ A greve dos sapateiros: espancado por não aderir à greve. *Estado do Pará*, Belém, 17 mar. 1914, p. 2.

³⁰ Os sapateiros em greve. *Estado do Pará*, Belém, 24 mar. 1914, p. 2.

³¹ Os sapateiros em greve. *Estado do Pará*, Belém, 25 mar. 1914, p. 2.

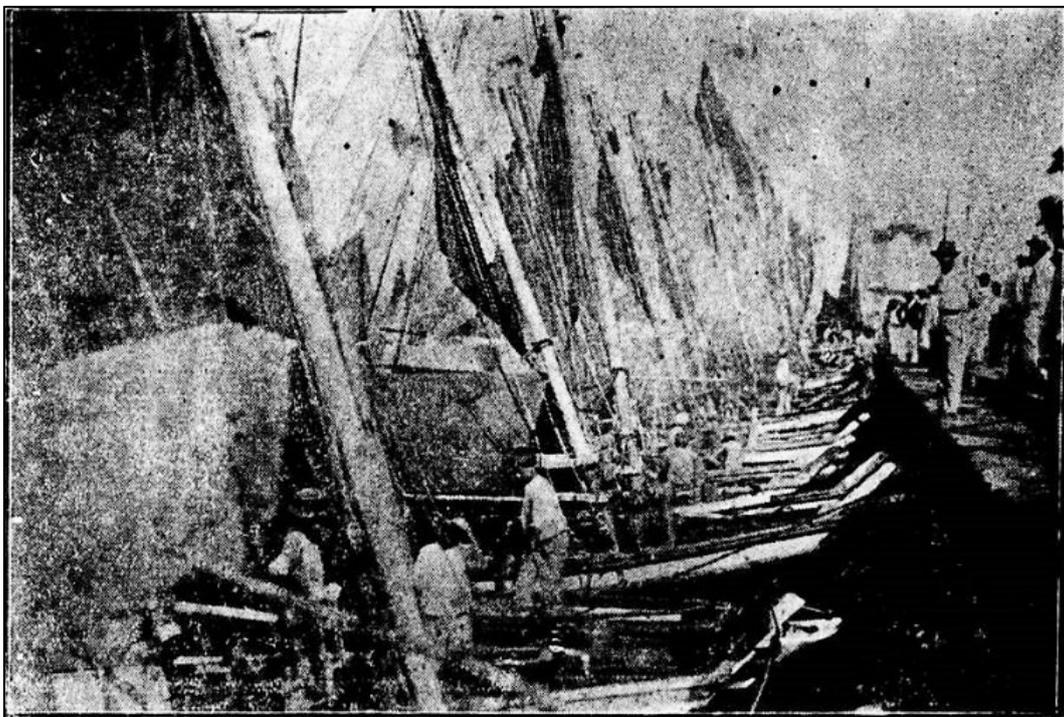
³² Notas. *Estado do Pará*, Belém, 4 jun. 1914, p. 3.

³³ Contra o anarquismo: a polícia paraense inicia o combate aos indesejáveis. *Estado do Pará*, Belém, 6 dez. 1919, p. 1.

A nacionalização do trabalho: ufanismo, e lutas em Belém

Quando do movimento antilusitano em Belém desencadeado em 1873 pelo jornal *A Tribuna*, as discussões sobre a nacionalização do comércio a retalho ocuparam as páginas dos jornais locais, e o estopim para o conflito ocorreu com a destruição de uma bandeira nacional lusitana, tal antilusitanismo manteve-se latente ao longo das décadas subsequentes. Quando em 19 fevereiro de 1920, por volta das nove horas da manhã na doca do Ver-o-Peso, dois tripulantes das canoas geleiras (um português e outro brasileiro) levaram a cabo uma cena envolvendo a bandeira nacional, esta foi rasgada e lançada sobre um paneiro de farinha.

Figura 2 - Canoas Geleiras na Doca do Ver-o-Peso.



Fonte: *Estado do Pará*, Belém, 7 fev. 1920, p. 1.

Um dos tripulantes da canoa Nazerth, solicitou ao português Pedro Paulo que o auxiliasse na troca da bandeira nacional brasileira por outra de maiores dimensões, e melhor estado. Este assim o fez, porém a bandeira retirada teria sido amassada, (formando uma bola) e lançada, acabando por cair sobre os paneiros de farinha. Tal caso foi o estopim diante de uma série de acontecimentos, para que os trabalhadores nacionais, em grande medida estivadores, na madrugada do dia 20 promovessem a caça e quebra de lojas, e comércios de estrangeiros em Belém.

Os espanhóis Domingos Serafim Lourenço e seu filho Manoel Lourenço Casqueiro, vivenciaram o conflito e queixaram-se dos danos sofridos em seu comércio, um quiosque

localizado na Avenida Marques de Pombal, próximo ao necrotério público de Estado.³⁴ Domingos foi detido na tarde do dia 19 por um praça da brigada por ter no quiosque duas espingardas, uma pistola e um rifle, segundo o qual “estaria guardando para seus fregueses”. Dentre as testemunhas inqueridas no auto, viram um grande número de pessoas saqueando o quiosque, e subirem a rua Dr. Assis “e de quando em vez gritavam vivas ao Brasil!”.³⁵ Em relação as armas “guardadas” no quiosque, o mais provável é que Domingos e Manoel Casqueiro estivessem preparando-se para os conflitos que estava se construindo desde a chegada no Pará do Cruzador José Bonifácio sob o comando de Frederico Villar, e após o episódio da bandeira nacional no Ver-o-Peso.

Durante o dia 19, após o “ultraje ao pavilhão nacional”, ocorreu uma manifestação de populares que promoveram uma “passeata cívica”, que incluía a participação da banda do 26º Batalhão de Caçadores do Governo do Estado.

Os estivadores nacionais tiveram papel importante nesse ato. Na tarde do dia 19, cerca de 200 populares entram no galpão da Empresa Mosqueiro e Soure, tomaram o controle da lancha Maria (da propriedade da Port Off Pará), obrigando ao capitão da mesma a ir em direção ao cruzador José Bonifácio atracado próximo ao Ver-o-Peso, pois os “populares” desejavam falar com o capitão do cruzador, o sr. Frederico Villar. Após breve conferência entre uma comissão dos “populares” e Frederico Villar, o capitão da lancha Maria foi obrigado a ir ao Pontão (píer) Santa Monica da companhia Booth Line, onde residiam os estivadores portugueses da referida companhia. Os portugueses foram obrigados e embarcar no Maria, em seguida este foi em direção ao píer de Santa Lucia onde residiam os estivadores nacionais.

Após o embarque dos estivadores portugueses, a lancha Maria (seguido pelo rebocador Ernestina) retornou em direção ao cruzador José Bonifácio, dando três voltas ao entorno da embarcação. Os estivadores no Ernestina e no Maria promoveram saudações ao Brasil e ao capitão Villar. Após o desembarque seguiu-se uma passeata:

Era grande a multidão que aguardava no cais a chegada dos manifestantes, a bordo dos rebocadores Maria e Ernestina.

Logo que estes pisaram no cais, alguns deles e o ajudante de ordens do governador, capitão Borges do Rego, aconselharam calma e ordem, pedindo o capitão Rego, em nome do Dr. Lauro Sodré, que não maltratassem os conduzidos.

Formou-se o cortejo, sendo os estivadores portugueses conduzidos na vanguarda e de chapéu na mão eram obrigados a dar vivas ao Brasil e ao comandante Frederico Villar.

Os prejuízos foram de conta de três contos e duzentos mil reis. Dentre as testemunhas inqueridas no auto, duas eram vigilantes do necrotério viram um grande número de pessoas saqueando o quiosque e subiram a rua Dr. Assis “e de quando em vez gritavam vivas ao Brasil!”.

Na manhã do dia 20 os jornais de Belém estampavam os danos promovidos em tal algazarra.

A passeata, acompanhada de praças de cavalaria, percorreu várias ruas da cidade, indo até em frente a sede do Club do Remo.³⁶

³⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). Chefatura de polícia, Autos, jan.-jun. 1920.

³⁵ *Idem*.

³⁶ No quadro. *Estado do Pará*, Belém, 21 fev. 1920, p. 2.

O dia foi repleto de tensões, a passeata cívica acabou por desdobrar-se em uma série de ataques contra estrangeiros, particularmente os portugueses. Segundo informações do *Estado do Pará*, na manhã do dia 20 de fevereiro, o comércio português de Belém amanheceu fechado. A rua João Alfredo (especialmente dedicada ao comércio de retalho) “apresentava um aspecto triste e anormal”, ainda se encontravam grupos armados de cacetes andando pelo centro comercial.

Lojas, comerciantes, casas de consignações, casas bancárias no Boulevard da República, mantiveram-se fechadas durante o dia. Restaurantes, mercearias, quitandas e cafés de propriedade de portugueses em diversos bairros também não abriram. No jornal *Estado do Pará* foram publicadas fotos de locais atacados. As poucas lojas que permaneceram de portas abertas as marcaram com a bandeira nacional brasileira, no intuito de não serem atingidos pelos populares.

A perfumaria Oriental manteve hasteada a bandeira do Brasil, já a casa Nasser (propriedade de um sírio) fixou cartaz em sua porta com os dizeres “Viva o Brasil!”. No bairro do reduto, o clima também se mostrava tenso, o dono do quiosque *Jacaré* o manteve aberto, contudo, hasteou a bandeira nacional, e distribuiu garapa gratuitamente ao longo do dia. O sentimento “cívico” converteu-se em antilusitanismo, a sede do consulado Português foi atacada, sendo apedrejada. Os populares tentaram invadir o consulado sendo impedidos por Eduardo Chermont, que os dissuadiu quanto a invasão.

Na manhã do dia 21, os jornais de Belém estampavam os danos promovidos em tal algazarra, o que culminou no fechamento do comércio português pela cidade de Belém, tamanho era o medo dos estrangeiros, após o incidente.

Figura 3 - Estabelecimentos portugueses atacados.



Fonte: *Estado do Pará*, Belém, 21 fev. 1920, p. 1.

O *Jornal do Commercio* do Amazonas sintetizou os acontecimentos com a seguinte versão: segundo o articulista, a polícia de Belém recebeu denúncias contra um português e “um caboclo Brasileiro” que haviam rasgado a bandeira nacional, já durante a noite estudantes teriam organizado uma passeata de protesto, dispersa energicamente pela polícia, seguido de atos isolados de “magotes populares” contra vários comércios da capital.³⁷ Ainda publicaram uma breve nota com o título de “Uma acusação”, na qual os manifestantes mais exaltados culpavam a companhia Booth Line como única responsável pelos atos, visto que demonstrava “preferir os estivadores portugueses aos nacionais, que quase não encontram trabalho em que possam honestamente, ganhar a sua e a subsistência de suas famílias”.³⁸

O então secretário de Estado, Eládio Lima, declarou durante tensa reunião com mais de 130 comerciantes portugueses de Belém na Associação Comercial do Estado, que ao governo não convinha reprimir manifestações de cunho patriótico, argumentando que “aos governos de todos os povos cabe justamente estimular as manifestações de civismo, pois erro grave seria coagir o sentimento nacional em sua expansão”.³⁹

³⁷ Graves sucessos. *Jornal do Commercio*, Manaus, 21 fev. 1920, p. 3.

³⁸ *Idem*.

³⁹ O secretário geral do Estado. *Estado do Pará*, Belém, 21 fev. 1920, p. 1-2.

Maria Ugarte ao analisar as tensões étnicas vivenciadas por trabalhadores portuários na cidade de Manaus entre 1880 e 1920, destacou a presença de imigrantes portugueses.⁴⁰ Contudo, estes não ultrapassariam a marca de 20%, destacando ainda a união de portugueses e nacionais em processos de reivindicações de melhores condições de trabalho e salários, o que não isentava a existência de tensões internas de caráter étnico em momentos retração de empregos. Segundo Maria Ugarte, os portugueses acabaram por compor um modelo de trabalhador do porto, um “tipo físico” preferencial para as atividades de estiva, e nesse sentido temos os debates acerca das aptidões físicas dos povos europeus ante os nacionais, calcados em discursos raciais.

Durante a reunião na Associação Comercial, depois de muitas tentativas de se pronunciar, o advogado José Maria Mac-Dowell, representando a Booth Line, argumentou sobre a garantia constitucional do direito ao trabalho de estrangeiros, como o praticado pela Booth. O antilusitanismo latente, as disputas por mercado de trabalho entre imigrantes e nacionais, e a presença na capital paraense de uma missão federal com o intuito de nacionalizar a pesca, levaram a eclosão de ações violentas contra estrangeiros, principalmente os portugueses.

Os estivadores de Belém ao longo das décadas de 1900 e 1910 desencadearam uma série de greves, suas pautas recaiam sobre melhores salários e condições de trabalho. Adriano Craveiro ao analisar a greve dos trabalhadores da Port Off Pará em 1918, destacou que as reivindicações assentavam-se sobre o aumento salarial em 30% e a mudança do pagamento quinzenal, para o pagamento aos sábados.⁴¹ Contudo, uma das organizações congêneres fundadas naquele contexto, a Sociedade União Protetora dos Estivadores, limitava entre seus sócios apenas aqueles de nacionalidade brasileira.

Em greve desencadeada pelos estivadores da Booth Line em abril de 1916, além de reivindicarem o pagamento de 10\$000 reis diários sobre o trabalho noturno, e 12\$000 em domingos e feriados,⁴² também se queixavam da preferência da referida companhia por trabalhadores estrangeiros. Em uma reportagem publicada em 3 de abril de 1916, a União do Sindicato dos Estivadores do Pará (USEP) reiterava que não se tratava de uma greve e sim de um protesto de seus 972 associados, nacionais e estrangeiros, contra a Booth pelo não pagamento diferenciado do trabalho noturno, e nos domingos e feriados.

Neste sentido, embora a União Protetora dos Estivadores não permitisse participação de estrangeiros, a USEP permitia a sindicalização de outras nacionalidades. Isto remete que na mesma medida que questões de classe se constituem como pauta geral, envolvendo nacionais e estrangeiros, disputas interétnicas apontam para a pluralidade da categoria classe de estivadores naquele contexto da jovem República.

⁴⁰ PINHEIRO, Maria Luiza U. Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, n. 54, p. 807-826, 2014, p. 812.

⁴¹ OLIVEIRA, Adriano C. de. *Trabalhadores na Primeira República no Pará (1860-1930): estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação*. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém, p. 89.

⁴² Estão em greve os estivadores da Booth. *Estado do Pará*, Belém, 3 abr. 1916, p. 2.

Figura 4 - Booth Line e os estivadores.



Fonte: *O Malho*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1920, p. 27.

Legenda: Desnacionalização do Pará // (Tendo o Booth Line despedido os trabalhadores nacionais, estes / apelaram para o presidente da República, por intermédio do Centro / Nacionalista do Rio de Janeiro). // JECA – Que diz vacê seu douto governadô? / LAURO SODRÉ – Não tenho nada que dizer... E você? / JECA – Eu só tô esperando o dia em que esta jararaca despede tambem o seu dotô!...

A revista *O Malho* em fevereiro de 1920 publicou a charge acima. Nesta, os estivadores portugueses são protegidos pela Booth Line, enquanto esta coloca os nacionais no “olho da rua”. No lado esquerdo, temos a figura do emblemático Jeca, como destaca Márcia Naxara uma síntese da brasilidade, um mito social tecido nos escritos de Monteiro Lobato, uma representação do caboclo, abandonado e doente, preguiçoso e indolente, reiterando os discursos sobre a desqualificação do trabalhador nacional.⁴³

⁴³ NAXARA, Márcia. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, p. 19.

Ao lado de Jeca está o governador do Pará, Lauro Sodré. O título da charge trata a questão da suposta preferência por estivadores estrangeiros como uma forma de “desnacionalização” do Estado. O breve diálogo dentre Jeca e Lauro Sodré remete a falta de atitude do Governador do Pará diante dos abusos da companhia inglesa.

Maria Ugarte destacou as tensões entre a “comunidade” inglesa em Manaus e as autoridades nacionais, indicou que estes ingleses possuíam um caráter mais fechado em termos de sociabilidade, com a criação de espaços restritos aos de maior poder econômico. Tal presença gerou animosidades:

A animosidade contra os ingleses reforçou-se pouco a pouco com as incorporações sucessivas que esses faziam das concessões públicas. Ao iniciar o século XX, eles controlavam os sistemas de água e esgoto, o de iluminação elétrica, o telegráfico, o de bondes e até mesmo o mercado público municipal. Muitas dessas concessões foram decorrentes de contratos preliminares para execução de obras que viabilizassem esses serviços. Lembremos que o contrato firmado para a execução das obras do porto rendeu a seus executores o direito de exploração de todo o serviço portuário por um elástico período de 60 anos. Se tais acordos eram importantes para um governo que não dispunha de recursos para agenciar melhoramentos de infraestrutura, para o grosso da população manauara era um fardo tido como muito pesado para ser assimilado sem contestação.⁴⁴

O quadro apresentado por Maria Ugarte para Manaus não parece tão distinto de Belém nos anos de 1920. Desde 1916 os estivadores da Booth pronunciaram-se contra a preferência por portugueses.

Em janeiro de 1920 sob o título de “os estivadores e a Booth”, Augusto Meira tratou das tensões entre os operários estivadores e a referida companhia.⁴⁵ Segundo o articulista, as tensões surgiram quando a companhia ordenou a seus estivadores que fizessem lingadas de quatro caixas de borracha, uma a mais que o habitual e o comum entre as demais companhias.⁴⁶ O trabalho de descarga ficou mais lento, e os capatazes mais severos, de tal modo que um dos funcionários da Booth demitiu os estivadores que se recusaram a acatar as ordens da companhia, o que levou aos demais estivadores a protestarem. Como forma de resolução os estivadores do sindicato propuseram a Booth aceitar o serviço de “quatro caixas” no caso dela aceitar contratar seus trabalhadores (do sindicato) para “todo seu serviço de estiva”, dispensando as turmas formadas pela companhia.

Na visão de Augusto Meira, estas turmas eram constituídas de pessoas que não residiam no país, e promoviam uma concorrência desleal com o operariado nacional, e “por

⁴⁴ PINHEIRO, Maria Luiza U. Migração, trabalho e... *Op. cit.*, p. 822.

⁴⁵ MEIRA, Augusto. Os estivadores do Pará e a Booth. *Estado do Pará*, Belém, 12 jan. 1920, p. 1. Nascido em 11/12/1878 em Ceará-Mirim (RN), José Augusto Meira Dantas era filho de um grande proprietário rural. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Recife em 1899, passou a exercer o cargo de delegado de polícia no Rio de Janeiro, tornou-se promotor público no Pará em 1903. Em Belém, dedicou-se a advocacia, política e jornalismo, eleito deputado pela Assembleia Legislativa do Estado em 1912, 1918, 1921 e 1927. Faleceu no Rio de Janeiro em 24 de março de 1964. Seus dados biográficos podem ser encontrados em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-augusto-meira-dantas>. Acesso em: 29 jun. 2020.

⁴⁶ Lingada diz respeito a um amarrado de mercadorias correspondentes à porção a ser içada por guindaste ou pau-de-carga.

isso mesmo odioso ao nosso operariado, condenado a furtar ou morrer de fome”. Seu artigo está entranhado de uma valorização dos sindicatos, que seriam fundamentais a nacionalidade:

constituem um excelente aparelho de integração nacional. Eles não exercem somente uma função defensiva dos seus interesses peculiares; constituem uma milícia cívica, uma verdadeira previdência nacional. A constituição brasileira, em sua sabedoria previu essa situação. A vela de nossos portos é estritamente nacionalizada.⁴⁷

O deputado chega a citar a celebre frase de Marx “trabalhadores do mundo uniu-vos”, ao defender os estivadores do sindicato contra a presença de turmas de estrangeiros. Em 13 de janeiro em uma declaração assinada por várias companhias, entre elas a The Amazon River e a Booth, declararam que se comprometeriam com o pagamento de 9\$000 as diárias comuns e 12\$000 as diárias noturnas e de domingos e feriados, e o bom tratamento de seus capatazes aos estivadores, não mencionando a questão das turmas de trabalhadores estrangeiros.⁴⁸

Após a reunião dos diretores de várias companhias de navegação e o sindicato dos estivadores realizado no dia 13, Augusto Meira volta as páginas do jornal para criticar a atitude da Booth que não estaria a cumprir suas promessas.⁴⁹ Dias depois, em 17 de março, agentes e companhias de navegação assinaram uma nota com a proposta de criar uma turma permanente de estivadores nacionais a fim de resolver a paralisação.⁵⁰

No dia 6 de fevereiro Frederico Villar procurou negociar em nome dos estivadores nacionais da Booth com o diretor da companhia. O então diretor da companhia inglesa, o sr. Brown, se negou a conversar com Villar, e este ao longo do dia apreendeu dois rebocadores da Booth, o Coqueror e o Wanda, juntamente com a sua tripulação, questão que só foi resolvida com a intervenção do Capitão do Porto de Belém Varella Quadros.⁵¹ A campanha nacionalista de Villar angariou apoio dos estivadores nacionais, e estes encontram no comandante do José Bonifácio um mediador poderoso em suas negociações.

Após os atos da madrugada entre os dias 19 e 20, a ação da Booth foi de afastar temporariamente os estivadores nacionais. A Booth e o sindicato dos estivadores estipularam o seguinte acordo:

A BOOTH & C^a (LONDON) LTD de um lado e o SINDICATO UNIÃO DOS ESTIVADORES DO PARÁ, de outro lado, tem entre si justo e contratado o seguinte:

A primeira signatária, em homenagem á ordem pública, toma para com o segundo signatário, de acordo com ele, os seguintes compromissos recíprocos:

A – No serviço de carga e descarga da borracha cada lingada será carregada com três caixas.

B – As ordens sobre a organização do serviço, respeitada a disposição acima, serão dadas em toda liberdade de ação pela primeira signatária.

C – A primeira signatária, de acordo com o segundo signatário, resolve manter apenas de ora em diante as duas primitivas turmas permanentes de estivadores portugueses, no total de 34 homens, por ela contratados.

⁴⁷ MEIRA, Augusto. Os estivadores do Pará e a Booth. *Estado do Pará*, Belém, 12 jan. 1920, p. 1.

⁴⁸ A Booth e os estivadores. *Estado do Pará*, Belém, 13 jan. 1920, p. 1.

⁴⁹ A Booth e os estivadores. *Estado do Pará*, Belém, 14 jan. 1920, p. 1.

⁵⁰ A Booth e os estivadores. *Estado do Pará*, Belém, 18 jan. 1920, p. 1.

⁵¹ O Caso de Belém. *Jornal do Commercio*, Manaus, 24 fev. 1920, p. 1.

D – O segundo signatário reconhece o direito da primeira signatária a manter essas duas turmas de estivadores portugueses, e a não formular de futuro, reclamação alguma contra qualquer das cláusulas deste convênio.

E – Qualquer reclamação futura, que entre as partes possa haver sobre o serviço de estivas, será franca e diretamente discutida entre as partes sem a mínima interferência de outros intermediários que não os seus advogados.

Pará, 21 de fevereiro de 1920. – P. p. Booth e C^a (London), Ltd. A. Purcell, José M. Mac-Dowell.

Pelo Sindicato União dos Estivadores: - Mlechiades Sousa Portella, Presidente; Manoel Leonardo dos Santos, vice-presidente; Dr. Augusto Meira, advogado.⁵²

Como se vê acima, a companhia inglesa resistiu em livrar-se dos portugueses, porém cedeu quanto a contratação futura. A interferência de terceiros como Frederico Villar, parece ter causado mais prejuízos a Booth do que uma negociação direta com o sindicato. Por sua vez, o sindicato garantiria o mercado de trabalho futuro na Booth para os nacionais, assim como a manutenção da lingada com três caixas, tornando menos exaustiva suas atividades.

A existência de tensões internas na classe portuária de Belém, por si só não parece explicar as desavenças ocorridas entre 19 e 20 de fevereiro. A ação promovida pelo comandante Frederico Villar em Belém desde dezembro de 1919 capitalizou as tensões internas da classe portuária, assim como o sentimento antilusitano latente, diante de um projeto de nacionalização da pesca.

Uma missão “civilizadora”: Frederico Villar e a Pesca

Em uma breve nota publicada no *Jornal do Commercio* foram sintetizadas três versões de periódicos paraenses sobre o ocorrido. Segundo o articulista, o *Estado do Pará* responsabiliza o comandante do cruzador José Bonifácio, Frederico Villar. Já o *Imparcial* atribui a culpa ao governador Lauro Sodré e a Frederico Villar. Quanto ao *Folha do Norte* (periódico vinculado ao governo do Estado) prestigiou o comandante Villar e as “autoridades constituídas”, designando as ações praticadas por parte dos populares como “vandalismo” e os alcunhando de “uma horda de desclassificados”.⁵³

Estes editoriais remetem a disputas políticas entre o governo estadual e o municipal, e as elites políticas do Estado. Segundo Giovanni Filho, ao longo da presença de Frederico Villar em Belém desde novembro de 1919 até sua partida em março de 1920, ocorreu uma mudança de perspectiva do periódico *Estado do Pará*, quanto a missão do cruzador José Bonifácio e seu comandante.⁵⁴ O autor destacou ainda a mudança na propriedade do referido jornal que em 1920 deixou de ser atribuído sua posse a uma “sociedade anônima” e passou a pertencer a Antônio Chermont. A família Chermont de Miranda constituía-se em uma das mais tradicionais

⁵² Volta à Calma. *Estado do Pará*, Belém, 22 fev. 1920, p. 1.

⁵³ O caso de Belém. *Jornal do Commercio*, Manaus, 22 fev. 1920, p. 1.

⁵⁴ BENTES FILHO, Giovanni R. P. *Do Norte ao Sul: a missão do cruzador “José Bonifácio” e a incorporação do pescador a um projeto de nação (1900-1930)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande Norte, Natal, p. 111-132.

do Pará. e mantiveram-se ativos no cenário político e público, ocupando cargos no Governo do Estado, no senado e possuindo periódicos em Belém.⁵⁵

No editorial do *Estado do Pará* o posicionamento foi em favor dos estrangeiros atingidos.

O sentimento de patriotismo, que em nós educamos esclarecido pela cultura, distancia-se sobremodo dos impulsos instintivos das patriotadas, que iniciam a demonstração do seu civismo violentando o código político do Brasil, pelo direito de pessoa e propriedade nele assegurados.⁵⁶

Ao longo dos meses de janeiro a março de 1920, este periódico fez ferrenha oposição as ações de Villar, chegando a denominá-lo de jacobino. Também permitiu a publicação de artigos de portugueses, e pescadores do interior do Estado com suas reclamações sobre as medidas executadas pela missão do cruzador José Bonifácio.

O termo jacobinismo foi adotado nos anos finais da monarquia brasileira pelos clubes republicanos, que resgataram e reelaboraram as ideias da revolução francesa na busca de um novo regime político. Segundo Beatriz Coelho da Silva, tal grupo foi constituído de parte da armada apoiadora do governo de Floriano Peixoto, pautados em forte nacionalismo e suspeição em relação aos estrangeiros, particularmente os portugueses. Após o atentado contra o então presidente Prudente de Moraes em 1894. Deoclociano Mártir considerado um dos líderes do movimento foi preso, a partir deste fato o termo jacobinismo passou a identificar as ações violentas e tidas por desordeiras.⁵⁷

Ainda em fevereiro de 1920 o periódico *Estado do Pará* usou do termo jacobinismo para caracterizar as ações de Frederico Villar:

A sua atitude com os pobres e indefesos pescadores, que atualmente estão sendo alvo do seu *manifesto jacobinismo*; os artigos em letra redonda num jornal da cidade, em que ataca em termos pouco corretos os portugueses, fazem-nos passar a plena convicção de que esteve a divertir-se conosco, quando se confessava nosso amigo e nos obrigava a estreitar-lhe a mão como se estima e presa.⁵⁸

Para além das críticas ao capitão do cruzador Jose Bonifácio, o articulista aponta os ataques sofridos pela comunidade lusitana no Pará pela imprensa local. Os embates promovidos sobre a questão da pesca nos periódicos paraenses adensaram as tensões entre nacionais e estrangeiros no Pará.

Gladys Sabina, defende que a recriação do antilusitanismo no Rio de Janeiro esteve associada as formas de resistência as reformulações dos mecanismos de ajustamento do mundo do trabalho, e a construção de um ideal de trabalhador, por vezes moldada pela figura

⁵⁵ BENTES FILHO, Giovanni R. P. *Do Norte ao Sul... Op. cit.*, p. 119.

⁵⁶ *Estado do Pará*, Belém, 21 fev. 1920, p. 1.

⁵⁷ Ver: SILVA, Beatriz Coelho da. Jacobinismo. (Verbetes). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JACOBINISMO.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

⁵⁸ A questão da Pesca. *Estado do Pará*, Belém, 5 fev. 1920, p. 1. Grifos nossos.

do operário lusitano.⁵⁹ De certo que os projetos de atração de europeus para ocuparem os espaços do mundo do trabalho foram elementos de suma importância nos processos imigrantista ocorridos entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, contudo, ao longo do tempo, e após as primeiras levadas que adentram o Brasil após a abolição da escravidão, parte deste contingente passou a ser tido como um problema, seja pelo seu caráter endogâmico que barrava o projeto de embranquecimento da população, ou mesmo pelas práticas sociais, e circulação de ideias radicais. No caso paraense, a presença da missão de nacionalização da pesca, foi o mote para a incitação do sentimento antilusitano latente.

O *Jornal do Commercio* de Manaus replicou a posição da *Folha do Norte* em suas colunas.⁶⁰ O articulista afirmou que Frederico Villar estava cumprindo a sua missão de inspecionar e fiscalizar a pesca na costa do Brasil. Durante sua passagem no Pará, proibiu aos “geleiros portugueses de exercer a pesca no mar”, se fundamentou no artigo primeiro do decreto 478 de 09 de dezembro de 1897, que determinava que “só poderia exercer a atividade de pescador o brasileiro nato ou naturalizado”. Contudo tal interpretação do referido decreto foi questionado pelo *Estado do Pará*, visto que o artigo terceiro deste determina a matrícula dos pescadores brasileiros, “natos ou naturalizados”, e neste sentido não versaria sobre a exclusão dos estrangeiros.⁶¹

Nas palavras do articulista, os geleiros de estrangeiros pretendiam afastar a concorrência “legal” dos nacionais por meio de violência:

Na *Folha do Norte*, de três do corrente, vemos que os tripulantes de três barcos geleiros intimaram na ilha *Coroa Grande*, ao pescador nacional Hermenegildo Lauriano da Conceição a suspender sua pesca e, não sendo por ele atendidos, o espancaram, deixando-o caído. Em *Mosqueiro* nove geleiros maltrataram a cacete o pescador Francisco de Paula Pacheco. Em *Pesqueiro* o geleirote Thomaz Paz atirou, de rifle, no pescador Ormindio de tal, deixando-o ferido gravemente, e na *Coroinha* castraram o brasileiro Raymundo Rodrigues, cujo cadáver foi dar a Monsáraz.⁶²

Para o articulista da *Folha do Norte*, as repreensões feitas por Villar contra os “abusos” dos pescadores estrangeiros teriam levada a “odiosidade da colônia lusa” contra o comandante do Cruzador José Bonifácio. Na versão deste periódico, os lusitanos foram os incitadores das tensões do dia 19 e da madrugada do dia 20 de fevereiro. Ainda segundo o articulista, os estivadores nacionais da Booth procuraram Frederico Villar a fim de interceder por eles junto a referida companhia.

No dia 06 de fevereiro o rebocador Conqueror era tripulado por vários estivadores portugueses, que, ao passarem próximo ao cruzador José Bonifácio, “romperam em formidável assuada, com gestos indecorosos para os marujos do José Bonifácio, arriando de modo

⁵⁹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 48.

⁶⁰ *Jornal do Commercio*, Manaus, 22 fev. 1920, p. 1.

⁶¹ “Art. 3º Todos os brasileiros natos ou naturalizados que exercerem a profissão marítima ficarão sujeitos ao registro ou à matrícula nas repartições competentes do Ministério da Marinha”. BRASIL. Decreto n. 478, de 9 de dezembro de 1897.

⁶² O caso de Belém. *Jornal do Commercio*, Manaus, 22 fev. 1920, p. 1.

acintoso o pavilhão nacional da popa do rebocador”. Villar solicitou ao capitão do porto de Belém a detenção dos estivadores portugueses que promoveram tal desaforo.

No dia 7 de fevereiro, o *Estado do Pará* dedicou toda sua primeira página a tratar dos atos de Frederico Villar.

Figura 5 - Pescadores Lusitanos detidos.



Fonte: *Estado do Pará*, Belém, 7 fev. 1920, p. 1.

O *Estado do Pará* atacou Frederico Villar, o acusando de deturpar as leis a fim de levar a cabo seu ódio aos portugueses.

Os fatos degradantes a que assistimos, como a parcialíssima destruição dos currais, a prisão ilegal e monstruosa de pobres pescadores estrangeiros, postos a ferro e vilipendiados pela injúria covarde exercida contra a resignação de humildes portugueses, desafia a ira dos justos, tanto mais quanto a prática dessas infâmias pretende escuda-las em leis brasileiras que os seus autores deturpam em proveito de seus ímpetos, das suas mais condenáveis paixões.

[...]

Mas, em toda esta questão da pesca o que mais me surpreende é a revelação a que generosamente temos poupado o sr. Villar e seus companheiros, revelação essa que a nossa indignação ante os destroços semeados pelo vento de insensatez que os anima não nos deixa mais ocultar... E é que, com todo o seu ódio ao português, com o seu magnífico esforço para chefiar uma campanha nativista, num meio que se demonstrou forrado a essa manobras, carrega o Sr. Villar, a bordo, na espionagem diurna da pesca que s. s. quer impedir aos portugueses da pesca, um legítimo cidadão português que é mestre de redes do José Bonifácio!⁶³

⁶³ A Missão do José Bonifácio. *Estado do Pará*, Belém, 7 fev. 1920, p. 1.

A destruição de currais em vilas de pescadores em São Caetano de Odivelas,⁶⁴ a apreensão das redes de pesca, e de parte do pescado, além da prisão de pescadores portugueses, foram ações que causaram impacto no abastecimento local de peixe. Em 3 de fevereiro, Frederico Villar justificou suas ações, tidas por “violentas” por parte da imprensa local, ao declarar que apreendeu 5 toneladas de “peixinhos” nos baleeiros de pesca no litoral paraense, peixes que segundo Villar seriam postos ao mar.⁶⁵

Em 3 de fevereiro, o *Estado do Pará* publicou longo artigo sob o título “O pescado fresco”, tratando da reunião de uma comissão de pescadores portugueses na Associação Comercial do Estado. Dentre os assuntos abordados, a questão da diminuição do tamanho das redes de pesca de 7 centímetros de “nó à nó”, para 5 centímetros imposta por Villar, a mudança na matrícula de pescadores que elevariam as taxas, repercutindo na renda destes trabalhadores e no próprio preço do pescado, e a presença de portugueses na pesca paraense.

Quanto a presença de portugueses, o lusitano Antônio Vaz ao ser questionado pelo presidente da Associação Comercial (Cassio Reis) sobre o hasteamento de bandeiras lusas nas embarcações, respondeu que os pescadores usavam a bandeira que indicava a “profissão e não nacionalidade”. Cassio Reis persistiu tema, no qual o pescador lusitano respondeu; “Sim, às vezes, mas ao lado da brasileira. É bom e até bonito ter-se no mastro sempre uma ou mais bandeiras. E creia que içamos a bandeira portuguesa porque gostamos, sem ofensa, sem intenção de desrespeitar as leis do país”.

Quanto a presença de pescadores nacionais em suas embarcações, Antônio Vaz destacou que embora possuísse alguns entre suas tripulações, a maioria dos nacionais seria “refratária ao cumprimento do dever”, visto o “muito apego as festas que se fazem no interior”, abandonariam as embarcações ao bel prazer, causando prejuízos a si mesmos e aos donos das embarcações. Ainda segundo ele, a maioria dos nacionais possuía maior intimidade e preferência pela pesca com tarrafa e de linha.

Por meio da visão de Antônio Vaz, percebe-se as os conflitos e tensões entre pescadores nacionais e lusos. Aos portugueses a atividade de pesca estaria mais vinculada ao uso de grandes redes, e a entrada no mar, já aos nacionais a preferência pela tarrafa, pela linha e pelos currais indicariam características culturalmente distintas. Não é difícil supor que a preferência por contratar seus compatriotas ocorresse não pela inaptidão do nacional, e sim pelo processo de acolhimento, construção e fortalecimento de uma rede de solidariedade étnica.

O cruzador José Bonifácio retirou-se do Pará em março, sua atuação no estado ressoou por todo território nacional, vários periódicos de cunho nacionalista como o *Gil-Blas* e o semanário *A Rua* apresentavam as ações do comandante Villar como necessárias ao projeto de modernização da pesca. Os conflitos desencadeados por tal projeto de nacionalização da pesca, permite vislumbrarmos as tensões inerentes a presença de milhares de imigrantes no

⁶⁴ A Missão do José Bonifácio. *Estado do Pará*, Belém, 7 fev. 1920, p. 1.

⁶⁵ Pelos peixes. *Jornal do Commercio*, Manaus, 3 fev. 1920, p. 3.

Brasil, em um período de afirmação de valores Republicanos, e consolidação de uma identidade nacional. No caso paraense, a presença longeva da colônia portuguesa transfigurou o nacionalismo em antilusitanismo.

Considerações finais

O início da república no Brasil demarcou um período de tentativas de afirmação de uma nacionalidade pautadas em ideias republicanas, projetos de modernização e desenvolvimento agrícola. O governo republicano provisório em 1889 tentou tratar da questão dos estrangeiros por meio de uma medida de "naturalização automática", que despertou tensões entre os diversos grupos de imigrantes que adentraram no Brasil nas últimas décadas do Império.

O tom jocoso dado aos trabalhadores nacionais por vezes os representava como inaptos e carregados de vícios. Em Belém, no ano de 1889, a tentativa de regulamentação do serviço doméstico já apontava para as tensões entre antigas práticas senhoriais e as novas aspirações de autonomia do trabalhador nacional.⁶⁶

No Pará o grande fluxo de imigrantes europeus, atraídos pela propaganda difundida em sua pátria, ingressou na Amazônia em busca de um "eldorado". Espanhóis e portugueses constituíram os principais grupos ingressos entre 1890 e 1920, os primeiros mantiveram frequente circulação pelo interior do Estado; os que se fixaram em Belém, voltaram-se para atividades ligadas ao comércio, ofícios manuais e de criadagem. Aos portugueses, presentes de maneira marcante no Pará ao longo de todo o século XIX, estabelecendo uma forte presença no comércio local, coube reiterar suas identidades e lidar com discursos e ataques antilusitanos.

A presença destes imigrantes suscitou uma série de tensões no mundo de trabalho paraense. Estes sujeitos importavam e difundiam ideias radicais, estiveram ativos em várias greves ocorridas nas décadas de 1900 e 1910, entrando em conflito com a comunidade local. Com o contexto de crise da economia da borracha, as disputas no mercado de trabalho se intensificaram, gestando tensões étnicas que distenderam ações de classe entre os operários locais.

A chegada de Frederico Villar, com a missão federal de nacionalização da pesca, reativou discursos antilusitanos, e incitou ainda mais as tensões latentes, desembocando em um nacionalismo xenóforo. Na mesma medida em que se tornava necessário "resgatar" a imagem do trabalhador nacional, desassociando da figura do emblemático "jeca tatu" de Monteiro Lobato, era necessário lidar com o grande contingente de estrangeiros que nos idos da década de 1920 já estavam entranhados no mundo urbano e por vezes no interior do Estado brasileiro.

⁶⁶ LOBO, Marcelo F. "Quanto se dá aqui para o balde?": As discussões sobre a regulamentação do serviço doméstico em Belém (1888-1889). *História, histórias*, Brasília, v. 4, n. 8, p. 113-130, 2017, p. 120.

A bandeira nacional, símbolo máximo de um patriotismo republicano, tornou-se o estopim que faltava para desencadear os ataques aos estrangeiros em Belém. Ainda hoje a bandeira nacional brasileira, assim como os discursos sobre nacionalismo e pátria, são instrumentalizados em diversos projetos políticos.

O nacionalismo na Belém de 1920 se transfigurou em antilusitanismo, demonstrado o caráter radical do "patriotismo brasileiro".

Referências

Fontes

Documentos de Arquivo

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). Chefatura de polícia, Autos, jan.-jun. 1920.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA). Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Cartório Privativo de Casamento, cx. junho/1910, doc. s./n.

Periódicos

A greve dos sapateiros: espancado por não aderir à greve. *Estado do Pará*, Belém, 17 mar. 1914.

A Greve: uma entrevista com o sr. Consul de Portugal. *Estado do Pará*, Belém, 14 abr. 1914.

A vida Operária: a greve dos sapateiros. *Estado do Pará*, Belém, 3 mar. 1914.

Contra o anarchismo: a polícia paraense inicia o combate aos indesejáveis. *Estado do Pará*, Belém, 6 dez. 1919.

Estão em greve os estivadores da Booth. *Estado do Pará*, Belém, 3 abr. 1916.

MEIRA, Augusto. Os estivadores do Pará e a Booth. *Estado do Pará*, Belém, 12 jan. 1920.

FORTUNATO JUNIOR, A. As obras da penitenciária. *Folha do Norte*, Belém, 22 jan. 1897.

BARBOSA, Ruy. *Diário de Notícias*, Belém, 5 jul. 1890.

A grande naturalização. *Correio Paraense*, Belém, 26 ago. 1893.

Europa: carta do correspondente. *O Democrata*, Belém, 1º dez. 1893.

Vida Operária. *Estado do Pará*, Belém, 22 ago. 1913.

Vida Operária. *Estado do Pará*, Belém, 18 fev. 1914.

A greve dos sapateiros. *Estado do Pará*, Belém, 4 mar. 1914.

A greve dos sapateiros. *Estado do Pará*, Belém, 7 mar. 1914.

Os sapateiros em greve. *Estado do Pará*, Belém, 24 mar. 1914.

Os sapateiros em greve. *Estado do Pará*, Belém, 25 mar. 1914.

Echos do Pará. *O Malho*, Rio de Janeiro, 2 maio 1914.

Notas. *Estado do Pará*, Belém, 4 jun. 1914.

A Booth e os estivadores. *Estado do Pará*, Belém, 13 jan. 1920.

A Booth e os estivadores. *Estado do Pará*, Belém, 14 jan. 1920.

A Booth e os estivadores. *Estado do Pará*, Belém, 18 jan. 1920.

Pelos peixes. *Jornal do Commercio*, Manaus, 3 fev. 1920.

A questão da Pesca. *Estado do Pará*, Belém, 5 fev. 1920.

A Missão do José Bonifácio. *Estado do Pará*, Belém, 7 fev. 1920.

Estado do Pará, Belém, 7 fev. 1920.

Estado do Pará, Belém, 21 fev. 1920.

No quadro. *Estado do Pará*, Belém, 21 fev. 1920.

O secretário geral do Estado. *Estado do Pará*, Belém, 21 fev. 1920.

Graves sucessos. *Jornal do Commercio*, Manaus, 21 fev. 1920.

Volta à Calma. *Estado do Pará*, Belém, 22 fev. 1920.

Jornal do Commercio, Manaus, 22 fev. 1920.

O caso de Belém. *Jornal do Commercio*, Manaus, 22 fev. 1920.

O Caso de Belém. *Jornal do Commercio*, Manaus, 24 fev. 1920.

Denacionalização do Pará. *O Malho*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1920.

Manifestação anti-luzitana. *Diário de Notícias*, Belém, 24 maio 1894.

Legislação

BRASIL. Decreto n.º 478, de 9 de dezembro de 1897.

Livros

CRUZ ALVAREZ, D. Leopoldo D'Ozouville de Bardou y. *Un Viaje al Brasil: Información acerca de lasituación de los emigrados españoles em los Estados de Pará y Amazonas y zona de trabajos de ferrocarril de Madeira-Mamoré*. Madrid: Publicaciones del Consejo Superior de Emigración, 1916.

Bibliografia

BELLO JUNIOR, D. Q. Um mesmo ofício, diferentes caminhos na militância: as trajetórias dos sapateiros Antônio Domingues e Augusto Pizzutti no movimento operário em São Paulo no início do século XX. *Anais do [...] XXIV Encontro Estadual da Anpuh-SP - História e Democracia: precisamos falar sobre isso*. Guarulhos, 2018.

BONASSI, Margherita. *Canta América sem fronteiras: imigrantes latino-americanos no Brasil*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FONTES, E. J. O. *Preferem-se português(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. - Belém: EditAedi, 2016.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LARA, Sílvia H. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho No Brasil. Projeto História*, São Paulo, v. 16, p. 25-38, 1998.

MONSMA, K. Identidades, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914. Notas de pesquisa. *História Unisinos*, v. 11, p. 111-116, 2007.

- NEVES, M. C. B. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: nota de pesquisa. *Revista Adm. Emp.*, Rio de Janeiro, p. 49-66, abr.-jun. 1973.
- OLIVEIRA, Adriano C. de. *Trabalhadores na Primeira República no Pará (1860-1930): estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação*. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém.
- PAULA, Amir E. H. A ação territorial dos sindicatos-revolucionários sob o Estado liberal. In: *A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.
- PINHEIRO, Maria Luiza U. Imprensa de Imigrantes: Vozes da Colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1920. *Navegar - Revista de Estudos de E/Imigração*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 162-162, 2017.
- PINHEIRO, Maria Luiza U. Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, n. 54, p. 807-826, set.-dez. 2014.
- SALES, Mália Aline F. *Negócios e negociantes lusitanos: o comércio dos portugueses em Belém nos meados do Oitocentos*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- SILVA, Beatriz Coelho da. Jacobinismo. (Verbetes). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JACOBINISMO.pdf>. Acesso em: jun. 2020.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. O antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade. *Revista Politéia*, v. 5, n. 1, p. 133-151, 2005.
- VAQUINHAS, Irene. "Fora galego!" Um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX. *Revista Estudos Amazônicos*, v. X, n. 2, p. 216-235, 2013.
- BENTES FILHO, Giovanni Roberto P. *Do Norte ao Sul: a missão do cruzador "José Bonifácio" e a incorporação do pescador a um projeto de nação (1900-1930)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- NAXARA, Márcia. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- LOBO, Marcelo F. "Quanto se dá aqui para o balde?": as discussões sobre a regulamentação do serviço doméstico em Belém (1888-1889). *História, histórias*, Brasília, v. 4, n. 8, p. 113-130, 2017.